



ANÁLISE DOS PARÂMETROS DE POBREZA ENCONTRADOS NA REGIÃO SUL DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.

Lucas de Sousa Santos, Giovanna Vieira Domiciano, Marta Regina Alves, Natanael Francis, Sandra Maria Fonseca da Costa, Lidiane Maria Maciel.

¹Universidade do Vale do Paraíba, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, lucas-de-santos@hotmail.com, givd1c@gmail.com, ti.reginaalves@gmail.com, natanaelnfs@hotmail.com, sandra@univap.br, lidiane@univap.br.

Resumo – O presente estudo elucida uma discussão acerca das pessoas em situações e parâmetros de pobreza na região sul do município de São José dos Campos, demonstrando através de dados percentuais, e estudos sociais, as disparidades contidas nesta zona da cidade. Abordado questões das políticas higienistas impostas no contexto histórico do município, trazendo uma abordagem atual da geografia urbana no contexto social. Observando desta forma como as práticas segregação socioespacial e econômica se configura, tornando-se uma negação do direito à cidade que estes indivíduos possuem. Como meio metodológico utilizou-se de bibliografias e estudos preliminares sobre a região, objetivando resultados referentes à política de segregação e análises sobre o parâmetro da pobreza na zona sul de São José dos Campos.

Palavras-chave: pobreza; desigualdade; segregação socioespacial; higienista.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas, Sociologia.

Introdução

Os modelos de civilizações contemporâneas se relacionam com uma grande desordem, para a qual, conforme afirmado por Levebvre (2008), os limites da fase de crescimento econômico apontam para uma alarmante violência, traduzida geralmente como desordem, seja pela crise ecológica sem precedentes, seja pela crise da cidade conduzida pela segregação socioespacial. Apresentando assim os atrasos que perpetraram às más condições de vida, para os mais pobres.

Para traçar um melhor parâmetro dessas políticas, de acordo com Sobrinho (2013), podemos ressaltar as medidas higienistas no estado de São Paulo, que vieram para conduzir as cidades paulistas à visão europeias de desenvolvimento, e até mesmo, de embelezamento urbano. Segundo o autor esta proposta identificava no pobre uma fonte de dois contágios: o pensamento de que disseminavam doenças infecciosas devido à situação de seus cotidianos, que carecia de recursos básicos de moradia e bem-estar; e a suposta influência negativa dessa população dentro do sistema, que afetava a moralidade cívica e cristã imposta na época.

Nesse sentido, o presente estudo visa demonstrar que as medidas higienistas não se reservaram apenas a cidade de São Paulo, mas se disseminou nos municípios do estado, bem como na grande maioria do país, resultando em uma prática comumente adotada, tornando-se algo rotineiro e “aceito” nos dias atuais, já que na maioria dos casos não demonstra de forma explícita.

Sendo assim, através desta pesquisa, busca-se elucidar características dessas políticas através de um estudo prospectivo sobre os moradores que se encontram em situações e parâmetros de pobreza na região sul, da Cidade de São José dos Campos, São Paulo, traçando um padrão demonstrativo de como essas políticas afastam as pessoas menos favorecidas dos locais reservados aos que detém melhor poder aquisitivo.

Metodologia

O presente estudo, sobre a cidade de São José dos Campos, tem como objetivo analisar e discutir, os casos de pobreza na cidade, referente às pessoas situadas na zona sul do município, a partir dos bairros. Possuindo como embasamento de referências teóricas, bem como análise de dados das pesquisas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o censo no ano de 2010. Pautando-se também em materiais fornecidos pela Prefeitura Municipal de São José



dos Campos. Tendo consciência de que os dados nem sempre condizem com a realidade, além de pesquisas com as estatísticas junto às concepções historiográficas da formação de São Paulo e noções sobre os conceitos abordados, esse artigo tem parte de caráter empírico de acordo com a vivência na cidade, que garante a permanência do olhar crítico em problematizar a situação atual do município que possui notoriedade quando se fala em qualidade de IDHM.

Discussão e Resultados

Para que se possa ter melhor elucidação do presente estudo, têm-se também que discorrer sobre o conceito cujo a temática permeia, a Pobreza. Dentre os diversos conceitos aos quais encontramos no meio sociológico, o termo Pobreza possui uma maior complexidade classificatória, pois, em aspectos analíticos, podemos encontrar formas de definição absolutas ou relativas, considerada um juízo de valor ou estudada apenas sob o viés econômico, não abordando demais aspectos do indivíduo ou comunidade. Sendo assim, pode-se perceber que essa discussão, enquanto conceito vai além do senso comum.

A mensuração de pobreza se categoriza em dois pontos: a identificação, que seria basicamente dizer que são os pobres, e a agregação, em que se combinam as características de pobreza das pessoas, das pessoas, agrupando em uma média. Em relação à identificação, existem algumas categorias que facilitam a interpretação categórica do tema.

Segundo Crespo e Gurovitz (2002), a conceituação de pobreza, em um primeiro momento,

[...] é categorizada como “juízo de valor” quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. O indivíduo expressa sentimentos e receitas, de caráter basicamente normativo, do que deveriam ser os padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza. Não leva em conta uma situação social concreta, objetivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos. Desse modo, tal enfoque não esconde sua fragilidade, embora seja bastante óbvio que mesmo uma conceituação objetiva da pobreza não se furta à presença de algum juízo de valor. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.3)

Segundo Sônia Rocha (2006), “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido, de forma genérica, como a situação segundo a qual as necessidades não são atendidas de forma adequada.” (ROCHA, 2006, p.9). Para operacionalizar essa noção ampla, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. Não leva em consideração uma situação social concreta, objetivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos.

Como pobreza relativa, essa se aproxima dos ideais da desigualdade na distribuição de renda. A pobreza, assim, passa ser interpretada em relação aos padrões de vida da sociedade que se analisa, sendo considerados pobres os que se encontram no piso mais baixo da distribuição de renda comparada aos indivíduos de melhor poder aquisitivo.

E por fim temos a pobreza absoluta, esta que parte, de certo modo, das premissas da pobreza relativa, pois se pauta nos indivíduos que se encontram no nível abaixo daqueles que possuem o que é considerado mínimo ou suficiente para suprir necessidades (em termos de requisitos nutricionais, moradia, vestuário, etc.) pautados em preços relevantes, e o cálculo da renda necessária para custeá-los. Essas pessoas estão assim abaixo da linha de pobreza, não possuindo o que se considera como básico para sobreviver na sociedade em que se encontra inserido.

Isto posto, pode-se perceber que a pobreza não se resume apenas a uma problemática específica, mas sim um conjunto de fatores referentes aos sujeitos de determinada região, envolvendo uma diversidade de preceitos necessários para que se propicie uma qualidade de vida digna e humanitária. No Brasil, essa situação de pobreza se mantém, ainda, desde os primórdios da formação da nação, demonstrando a subjugação da população menos favorecidas, que é a maioria, à classe dominante, que se configura como uma parcela mínima da sociedade, considerando que 43,3% da renda nacional se concentra em 10% da população brasileira (IBGE, 2010).

Neste sentido, quando nós direcionamos ao enfoque deste trabalho, a região sul de São José dos Campos, temos em um primeiro momento a cidade. Esta que é avaliada como a capital da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, com um PIB per capita, segundo o IBGE (2010), de aproximadamente R\$ 53.615,25, sendo considerado um dos maiores do Brasil. Com grandes investimentos tecnológicos e aeroespaciais, nele está inserido grandes centros de pesquisa e educação como o DCTA, o INPE, o Cemaden, o IEAv, o IAE, o IFI, a UNESP, o ITA, a FATEC, a UNIVAP, o IP&D e a UNIFESP. Isso demonstra a grande infraestrutura, avaliada como modelo para muitas outras cidades no Brasil. O município também conta com três grandes rodovias, a presidente Dutra (BR116), que interliga as duas megalópoles brasileiras (Rio de Janeiro – São Paulo), com a Rodovia dos Tamoios (SP099) que liga a cidade ao litoral norte, e com a Rodovia Carvalho Pinto (SP070) que liga a cidade as demais do vale e a grande São Paulo. Toda essa infraestrutura promove São José, a cidade se localiza no maior trecho econômico do país e com isso é uma das mais representativas no contexto nacional.

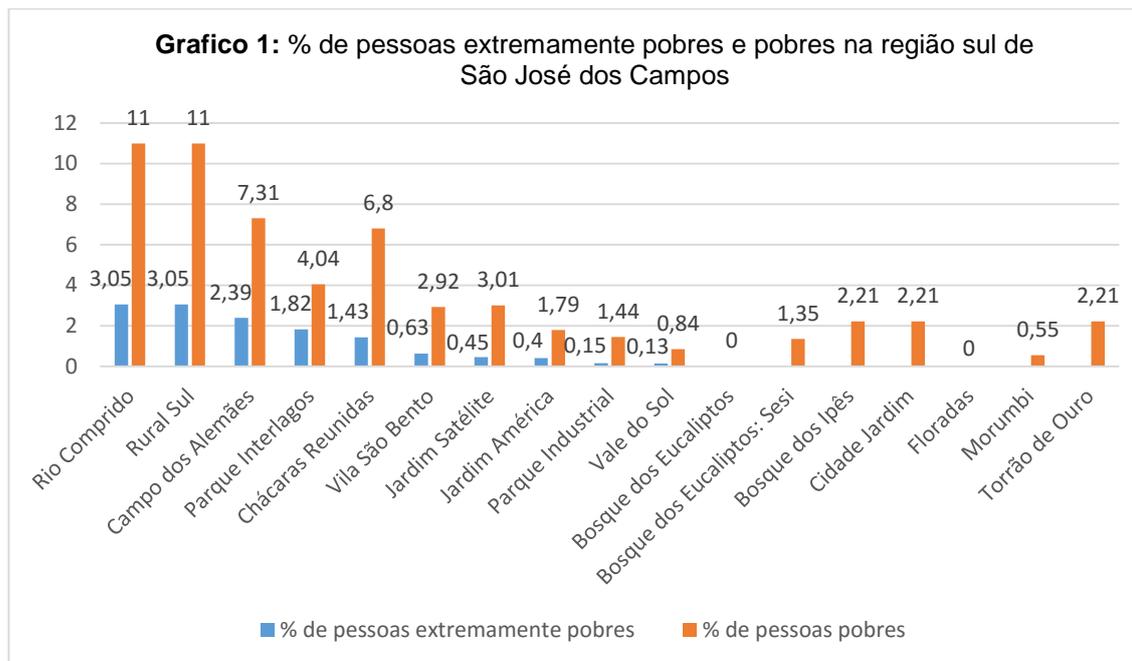
Figura 1 - Mapa de localização da cidade de São José dos Campos, município de estudo



Fonte: Elaborado por autores a partir do IBGE (2010a).

No recorte que compete a zona sul da cidade, segundo a relação do IBGE (2010b), esta configura-se como a maior zona populacional de todo o município, com um total de 233.536 dos 629.921 habitantes da cidade. E esses parâmetros de pobreza, seja no aspecto econômico ou estrutural, podemos elucidar de maneira plausível nesta região, já que se demonstra uma grande disparidade nos bairros que a compõem.

Na temática que compete ao viés econômico, nos bairros da região sul da cidade, o percentual de pessoas em situação de pobreza (renda familiar per capita igual ou inferior a R\$140,00 mensais) e de extrema pobreza (renda familiar per capita igual ou inferior a R\$70,00 mensais), os dados se apresentam da seguinte forma:



Fonte: PNUD, (2019); IBGE, (2010b)

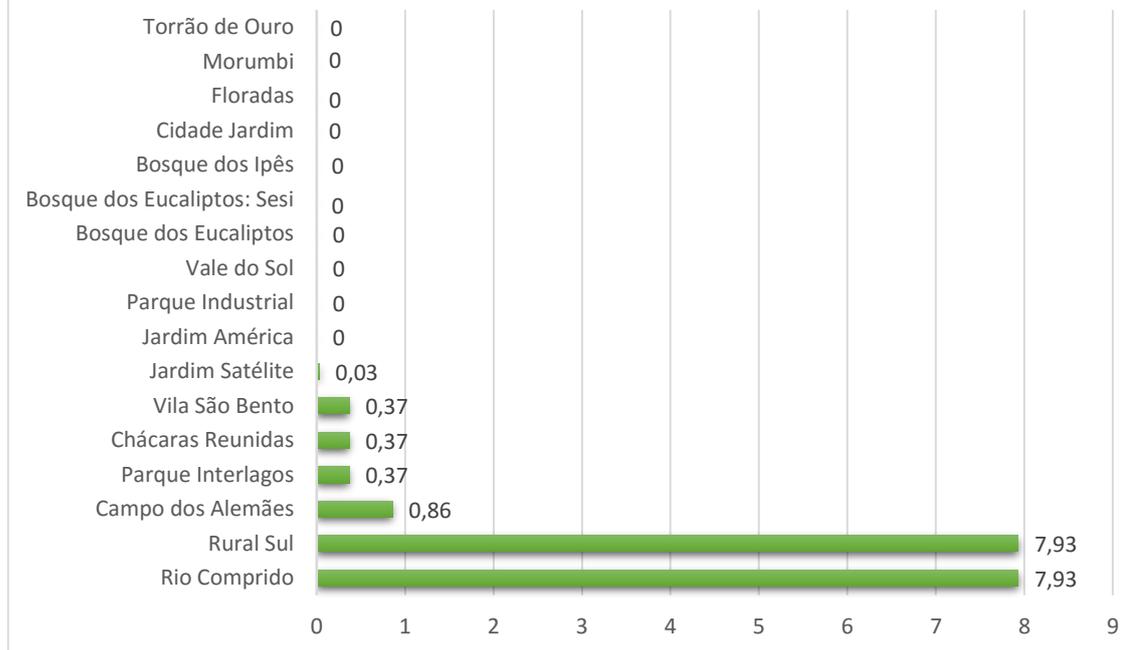
Pode-se aqui perceber a diferenciação que se tem nesses quesitos dentro da região, onde bairros, como por exemplo o Rio Comprido e Rural Sul, possuem uma porcentagem de 3,05% dos moradores em situação de extrema pobreza, contendo também outros, como por exemplo Bosque dos Eucaliptos e Floradas, em que suas taxas são equivalentes a 0%. No fator que diz respeito a pessoas em situação de pobreza, esses dados são ainda mais discrepantes, já que nos mesmos bairros citados acima a porcentagem de pessoas pobres chega a 11%, em contrapartida ainda persistem bairros que seus dados competem a 0% neste aspecto.

Como já se conceituou no início desta discussão, a classificação de pobreza não se reserva apenas as questões econômicas, deve-se observar também condições de moradia, bem como aparatos triviais como abastecimento de água e saneamento básico, que inclusive são fatores fundamentais para que se tenha condições de vida minimamente humanitárias, por quesitos de sobrevivências afim de se evitar problemas como contração de doenças.

Um ponto que se elucidou de forma clara, é o de que os bairros que possuíam sempre os piores índices, em grande parte dos aspectos, eram sempre os mesmos, como Rio Comprido e Rural Sul. O que resulta em uma medida excludente desses moradores, sendo um dos parâmetros da política higienista como se abordou no início do presente estudo.

Na observação do fator de abastecimento de água e esgotamento sanitário, os números possuem grandes disparidades, atingindo o percentual de 7,93% de pessoas que possuem precariedades nos quesitos básicos. Vale-se a ressalva de que, novamente, os índices mais elevados se reservam aos mesmos bairros elencados nas problemáticas de situação de extrema pobreza e pobreza, Rio Comprido e Rural Sul. Estes desígnios possuem as seguintes configurações na região estudada:

Gráfico 2: % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado.



Fonte: PNUD, (2019); IBGE, (2010b)

O que se tem por respaldo da sociedade e dos indivíduos dessas localidades, é a identidade social que lhes é atribuída e, até mesmo, como o indivíduo se vê no meio societário, devido a essa segregação socioespacial e econômica. Gera-se assim um estigma.

A respeito dessa identidade Goffaman (1988) nos diz que,

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social". (GOFFAMAN, 1988; p.12)

Sendo assim, essa identidade social, devido ao contexto no qual o indivíduo se encontra inserido, passasse a ser atrelada a questões como proliferação de doenças devido suas condições de vida, marginalização, más índoles, falta de capacidade intelectual e até mesmo julgasse funções de trabalho a qual exercem, sendo isso um reflexo da conspurcação de suas imagens.

Conclusão

Os resultados obtidos nas análises desta região da cidade, demonstram um grande problema no que diz respeito às diferentes situações de vidas dos moradores da zona sul do município, não sendo exclusivamente um problema que remete somente a este escopo em específico, mas a cidade como um todo. Pois um município ao qual se confere o título de 4ª melhor cidade do Brasil para se viver



(MACROPLAN, 2017), possuir, em uma única região, bairros que apresentem índices de 11% de pessoas em situação de pobreza, e 7,93% vivendo em condições insalubres, expõe problemáticas como a grande concentração de renda e políticas públicas seletivas, já que os bairros estudados, apesar de próximos, não recebem medidas igualitárias por parte do poder público.

Pode-se dizer que as políticas higienistas, mesmo que não demonstradas de formas explícitas, continuam em vigência na cidade de São José dos Campos, onde a “preservação” e “embelezamento” dos locais destinados às elites se mostram através desse estudo, contrastando a realidade obtida dentro de uma única região da cidade, onde se concentra boa parcela da população total do município. Mostrando como a classe dominante subjuga as massas de acordo com seu próprio interesse.

Nega-se assim o direito de cada indivíduo a sua cidade, não possuindo condições tidas como básicas para sua sobrevivência, e esse negação devesse ao fato da exclusão da sociedade urbana e de todos benefícios à disposição para que todos seus integrantes possam usufruir. Esse direito deve ser mantido acima de qualquer outro, pois, segundo Lefebvre (2008),

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2008; p.134)

Faz-se assim necessária uma revisão nas políticas públicas que se tem efetivado na região sul da cidade, bem como em todo município, visando a inclusão e participação de todos os cidadãos, propiciando um bem-estar social e econômico, onde todos indivíduos possam se sentir parte do meio, não se identificando como o diferente. A partir dessa revisão de conceitos e políticas que se alcançará a equidade e justiça social.

Referências

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. Um sonho como um fenômeno é multidimensional. **RAE electron**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, dez. De 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482002000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de abril de 2019.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro LTC, 1984.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010: Atlas digital Brasil 1 por 1**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em:

<http://mapasinterativos.ibge.gov.br/atlas_ge/brasil1por1.html> acesso em: 14 abr. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>> acesso em: 14 abr. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

MACROPLAN. **Veja as melhores (e as piores) 100 grandes cidades do Brasil**. Disponível em: <<https://www.macroplan.com.br/2017/12/>> acesso em 14 abr. 2019.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil** de 2013. Disponível em <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>> acesso em 14 abr. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: base de dados. Disponível em <<https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/sao-jose-em-dados>> acesso em 14 abril 2019.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. Higienismo em São Paulo entre os séculos 19 e 20: a utopia civilizadora. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 210-235, abr. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000100009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 13 de abril de 2019.